



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 52/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10749/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE/ Barreirinha.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Airaudio Picanço Batista Filho, Diretor Geral do SAAE do Município de Barreirinha, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório de Conclusivo nº. 74/2015 (fls. 134/144).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3818/2015-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 150/153).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE/ Barreirinha. Exercício de 2014.

Revelia. Contas Irregulares. Glosa. Fixação de prazo. Comunicação ao Chefe do Poder Executivo Municipal. Multa. Determinação à Origem. Comunicação ao Ministério da Fazenda.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

8.1- Considerar revel o Senhor **Airlaudio Picanço Batista Filho**, Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha – SAAE, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei 2423/1996 c/c o caput do art. 88, da Resolução 04/2002;

8.2- Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)** do Município de **Barreirinha/AM**, exercício de 2014, de responsabilidade do **Senhor Airlaudio Picanço Batista Filho**, Diretor Geral, à época, nos termos do art. 71, II da CF/88 c/c art. 40, II da CE/89; art. 22, inciso III, alínea “b” e “c” c/c art. 25 da Lei nº 2.423/96-LO/TCE;

8.3- Determinar em Alcance o Responsável com a glosa do montante de **R\$ 13.979,64** (treze mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido a não comprovação da necessidade do gasto de 3.966,28 litros de combustível no exercício;

8.4- Fixar o prazo de **30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96) com a devida atualização monetária (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. Nº 04/02 – RITCE/AM);



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 52/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

8.4.1- Comunicar ao Poder Executivo Municipal, que no caso de **não recolhimento** do valor da condenação, ex vi o art.173 da Res. Nº04/2002 – RITCE/AM e expirado o prazo estabelecido, o débito deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

8.5- Aplicar Multa ao responsável **no valor de R\$ 8.867,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, correspondentes às Restrições nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8, elencadas neste Relatório/Voto;

8.6- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o **recolhimento** aos cofres da Fazenda Estadual da **MULTA**, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96.

8.7- Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

8.8- Determinar à origem:

8.8.1- que providencie o devido encaminhamento dos devedores do município para inscrição em dívida ativa, em atenção ao art. 1º, § 1º, arts. 12 e 13 da Lei Complementar 101/2000 – LRF;

8.8.2- que cumpra com rigor o estipulado no art. 94 da Lei 4.320/64 que estabelece os registros analíticos de bens de caráter permanente quanto aos elementos necessários para a caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração;

8.8.3- que cumpra com rigor o estipulado no art. 10, inciso III da Lei Orgânica desse Tribunal que prevê a apresentação nas contas, do Relatório e Certificado de Auditoria do Controle Interno;

8.8.4- que escrete em suas demonstrações contábeis o direito junto aos agentes causadores do dano ao erário referente a juros e multa incidente sobre parcelamentos, bem como promova ação visando a atribuição da responsabilidade de liquidar os encargos sobre o parcelamento, ficando o principal a cargo da administração;

8.8.5- que efetive o controle dos gastos com combustíveis.

8.9- Comunicar o Ministério da Fazenda (Receita Federal) acerca da inadimplência do SAAE de Barreirinha quanto a ausência do repasse das contribuições previdenciárias no exercício financeiro em questão.

7- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

8- Data da Sessão: 26 de janeiro de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 52/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

10- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 91E53F19-0E4508CD-C8A8391C-4685B7C6